

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Identificação da Escola: Instituto D. João V
Circulo: Leiria
Sessão: Secundário

## Projecto de Recomendação:

**Exposição de motivos:** (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

Porque consideramos estarem por cumprir, hoje, cem anos após a Implantação da República os objectivos que a orientavam desde logo como coisa pública, comum, por oposição aos proteccionismos e privilégios que a monarquia distribuía – quer em virtude dos antagonismos inconciliáveis que marcaram o seu aparecimento, e que lhe tentaram definir os caminhos, quer pelos quase cinquenta anos de repressão das liberdades cívicas que se seguiram à conturbação inicial –, apesar da tentativa de correcção e justiça introduzida pelo articulado da primeira constituinte, saída da revolução de Abril de 74, parece-nos primordial combater de forma efectiva e significativa a corrupção que se instaurou no aparelho de Estado e que tem vindo a atropelar os princípios constitucionais, em desfavor da maioria, convertendo, aquilo que deveria ser efectivamente de todos, num Estado, quase de feição monárquica, que beneficia apenas alguns e os seus interesses. Não será demais lembrar aqui, porque parece ter sido esquecido, que é função do Estado repartir riqueza e não concentrá-la, desviá-la ou delapidá-la, condenando com a sua actuação, insidiosa e vergonhosamente, este povo e este país à miséria.

Sabemos que existe em Portugal um défice democrático, e é esse o pior dos males que enferma o estado português: o mais longo período de liberdade que este país conheceu é aquele que estamos ainda a viver, apesar de todos os interesses instituídos que constantemente o tentam pôr em causa.

A primeira república sabia-o e tentou contrariar a tendência, apostando fortemente na educação. O obscurantismo salazarista não destruiu a obra feita apesar da instrumentalização doutrinária do sistema educativo. O regime vigente, no entanto, mais não tem feito, desde as reformas de Abril, do que destruir a educação em Portugal, premiando a mediocridade, e normatizando saberes, num total desprezo pela reflexão crítica (constantemente apregoadas), na criação de gerações de cidadãos funcionalmente analfabetos, e politicamente alheios à vida da República. Algo que, perante a ausência de expectativas, se reflecte sobretudo no futuro que representamos, um futuro em que justiça, emprego e saúde – e porque os consideramos os direitos mais básicos –, começam a parecer privilégio apenas daqueles que os podem pagar.

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

**Medidas propostas:** (redigir com clareza e objectividade, sem alíneas)

1. Dotar a Justiça de capacidade de agir de forma efectiva contra a corrupção, devendo ser muito mais rápida sobretudo no caso do chamado “crime de colarinho branco”, facultando o Estado meios de acesso à justiça a todos, e em condições de igualdade (com comparticipação em todos os custos judiciais, incluindo os de representação), como consigna a constituição e não estando como hoje apenas ao alcance daqueles que a podem pagar, quando não a compram.

2. No emprego, apoios preferenciais ao investimento no sector produtivo com vista à auto-suficiência, em detrimento da actividade especulativa. Fiscalização efectiva das condições de trabalho e contratuais impedindo quaisquer abusos por parte da entidade patronal relativamente ao Código do Trabalho ou à Contratação Colectiva com punição pesada e efectiva quando perante situações de despedimento não devidamente justificadas, ou de recurso à falência fraudulenta, devendo, em casos de insolvência, ser o operário o primeiro credor de direito. Enquanto direito constitucionalmente consignado, o trabalho deve ser protegido, competindo ao Estado, em situação de desemprego involuntário, e em detrimento de outras prestações sociais não consignadas como direito decorrente da constituição, zelar pelo trabalhador, garantindo-lhe sustento e dignidade.

3. Recuperar e reforçar o Serviço Nacional de Saúde garantindo, efectivamente, o pleno acesso à saúde. A degradação do sistema é fruto da má gestão, favorável aos interesses privados, que o Estado financia. Inventariação urgente de meios disponíveis no sistema de saúde, financiando-se a iniciativa privada apenas quando esgotada a oferta pública. Não pode haver meios de diagnóstico, ou de suporte, disponíveis mas não utilizados, pagando-os, Estado e utentes, mesmo à porta do hospital, ao sector privado. Nenhum médico, sob pena de sanção, poderá sonegar cuidados médicos gratuitos para os vender no privado. O Estado

*Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.*

não pode ter dívidas ao serviço público de saúde. Quanto aos seguros de saúde, é necessário fiscalizar contratos e sua aplicação, pois os segurados acabam como despesa pública quando as seguradoras os abandonam.